

# “Brasil só sai da moratória quando completar a negociação da dívida”

por Célia de Gouvêa Franco  
de São Paulo

19 OUT 1987



**Luiz Carlos Bresser  
Pereira**

O Brasil só sairá da moratória quando tiver completado a negociação da dívida externa com os credores para os próximos três anos, em bases semelhantes às condições já apresentadas aos bancos privados nas últimas reuniões ocorridas em Nova York.

“O País está em negociações”, o que pressupõe concessões, que só serão feitas, porém, se também os credores fizerem concessões da sua parte. Não se abrirá mão, porém, de alguns princípios — como a possibilidade de emissão de títulos que seriam comprados pelos bancos para substituir os empréstimos atuais; um eventual acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) só ocorrerá depois do acerto com os credores privados; e a moratória termina apenas depois do fechamento dos entendimentos.

Com essas declarações, feitas durante um almoço promovido pela Câmara Britânica de Comércio em São Paulo e na entrevista à imprensa que se seguiu, o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, procurou delinear as bases impostas pelo Brasil para o prosseguimento das negociações com os credores internacionais. A maior preocupação do ministro foi procurar esclarecer as dimensões exatas da propos-

ta brasileira de pagamento simbólico dos juros, que está sendo apresentada na nova rodada de negociações com os bancos, em Nova York.

O pagamento dos juros — cujo volume ainda não estaria definido — não vai significar o fim da moratória, como estão entendendo ou pretendendo alguns banqueiros. “Um pagamento simbólico é isso: um pagamento simbólico, apenas”, disse Bresser Pereira aos cerca de 150 empresários presentes ao almoço. “O Brasil está disposto a fazer um pagamento simbólico e mais nada. E apenas se tiverem sido claramente alcançados progressos (nas negociações), repisou na sua entrevista. Desse modo, o final da moratória po-

deria ser esperada para o final deste ano, disse.

Bresser Pereira também pediu apoio dos dirigentes das empresas multinacionais para uma negociação “mais soberana” da dívida externa — reconhecendo, ele mesmo, que poderia parecer estranho esse pedido, mas que uma solução não convencional para a questão é fundamental, para que o País se estabilize e possa voltar a crescer. Boa parte da sua palestra aos empresários, aliás, foi dirigida a tentar comprovar que é absolutamente necessário se fechar um acordo, com os bancos privados que implique redução da dívida, ou através da conversão em capital ou pela

troca — ainda que parcial — por títulos.

As alternativas convencionais, que passam pela concessão de financiamento da parte dos credores e por tentativas de ajustamento do lado dos devedores, não deram certo, comprovadamente, disse. E lembrou, por exemplo, que apesar de todos os esforços de enquadramento — que resultaram em uma queda de 7% na renda per capita e aumento na inflação nesta década — os quinze maiores devedores apresentam hoje menos capacidade de pagamento ao exterior. Os índices que medem essa capacidade, como a relação entre dívida e exportações, pioram muito, em todos os casos.